

**O DISTANCIAMENTO ENTRE O DISCURSO E A REALIDADE: O CASO DA
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS PROJETOS POLÍTICOS
PEDAGÓGICOS E NA CONCEPÇÃO DE PROFESSORES DA REDE
MUNICIPAL E ESTADUAL DE GOIÂNIA-GO**

Kamila Santos de Paula Rabelo¹

Resumo

A avaliação da aprendizagem está sendo assunto de debates, pesquisas, palestras, livros etc. Está presente no cotidiano e na imaginação de todos os envolvidos na prática escolar. Para alguns ela é penosa, causa medo e aflição, para outros ela é uma “arma” de controle da disciplina e interesse, para outros ainda ela é momento de verificar a aprendizagem e refletir sobre os resultados para assim criar situações que atendam às necessidades dos estudantes e professores. Diante do atual quadro das diferentes concepções do ato de avaliar e ser avaliado, torna-se fundamental prosseguir com os debates e discussões sobre a prática avaliativa, pois acredito que a avaliação escolar é um processo pelo qual se observa, se verifica, se analisa e se interpreta o processo de construção do conhecimento, dando atenção aos dados relevantes, e com o objetivo de tomar decisões em busca de uma aprendizagem efetiva. Essa discussão deve se dar também no âmbito da Geografia escolar. Este artigo refere-se a algumas inquietações advindas de minha dissertação de mestrado. Pois durante as análises de documentos e as entrevistas realizadas como parte da metodologia proposta, percebi que nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas estavam presentes indicações coerentes de como deveria ocorrer à avaliação da aprendizagem, no entanto, quando indagado aos professores sobre essas indicações, a maioria não tinha conhecimento sobre elas. Sendo assim, considero que há uma incoerência, pois eles são um dos responsáveis pela construção do PPP de sua escola e conseqüentemente deviam saber o que o orientava, ou seja, o que deveria estar nesse projeto são as suas concepções. Nesse sentido,

¹ Professora Mestre-Universidade Federal de Goiás. E-mail: k-milaspr@uol.com.br

percebeu-se que ainda há uma grande distância entre o que é pensado como sendo ideal, para o que ocorre na realidade dentro das salas de aula.

Palavras-Chave: Avaliação da Aprendizagem, Projeto Político Pedagógico, Ensino de Geografia.

1.1- O ensino de Geografia e a Avaliação da Aprendizagem

As mudanças nos paradigmas da educação em específico no ensino de Geografia vêm trazendo reflexões acerca da necessidade de mudanças de conteúdos, metodologias, métodos, etc. Ao professor e à escola vem sendo atribuído à responsabilidade de acompanhar tais transformações, pois a escola não pode ficar à mercê desse processo.

Dessa maneira, o ensino de Geografia no Brasil assim como das outras disciplinas, em maior ou menor grau, vem mudando seus paradigmas e isso tem demandado novas formas de se ensinar e conseqüentemente de avaliar.

A disciplina escolar geografia está no jogo dialético entre a realidade da sala de aula e da escola, entre as transformações históricas da produção geográfica na academia e as várias ações governamentais representadas hoje pelo guias, propostas curriculares, parâmetros curriculares nacionais de geografia; avaliações impostas aos professores, sem mudanças radicais na estrutura da escola e na organização pedagógica global e pelo embate acirrado entre escola pública e privada. (Pontuschka, 1999, p. 111)

As mudanças perpassam os planos oficiais nas indicações de como deve ser realizado o ensino e dentro das perspectivas inovadoras como deve ser a avaliação da aprendizagem. Os teóricos da área da educação defendem que a avaliação da aprendizagem não pode se dar de maneira desvinculada do processo de ensino, sendo assim, ela precisa acompanhar as mudanças atuais.

Diante das transformações ou tentativas de mudanças ocorridas no sistema escolar a avaliação precisa ser entendida para além do ato de aplicar provas, exames e testes como distribuição de notas. Ela precisa se transformar em um momento integrante do processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Rabelo (1998), a avaliação da

aprendizagem é indispensável em toda atividade humana e, conseqüentemente, na educação; não podendo ser vista como um “ato mecânico nem mecanizante”.

1.2- A Avaliação da Aprendizagem nos Projetos Políticos Pedagógicos de Escolas Estaduais e Municipais de Goiânia-Go

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/94), todas as escolas devem elaborar e executar sua proposta pedagógica, deixando explícita a idéia de que a escola não pode se ausentar da reflexão sobre sua intencionalidade educativa. Assim sendo, o projeto pedagógico passou a ser obrigatório para todas as escolas em seus vários âmbitos. Segundo Libâneo (2001, p. 125), o projeto político pedagógico (PPP) "deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola".

A partir do entendimento de que o PPP da escola contempla a forma que a mesma encaminha o ensino-aprendizagem e que nesse instrumento os professores se orientam partindo de algo que foi construído pelos mesmos. A tentativa foi entender a partir do PPP de que forma a avaliação da aprendizagem era entendida para então conversar com os professores através de entrevistas e tecer uma idéia mais geral de como a avaliação da aprendizagem era efetivamente realizada nas escolas por professores de Geografia.

Nesse sentido, analisou-se 06 (seis) Projetos Políticos Pedagógicos de Escolas da Rede Estadual e Municipal de Ensino de Goiânia a fim de entender quais eram as indicações dadas para esse tema. Além disso, observou-se também se as mesmas estavam dentro das diretrizes colocadas pelas Secretarias Estadual e Municipal de Educação e se consideravam as discussões realizadas por pesquisadores e profissionais da educação.

Nos Projetos Políticos Pedagógicos analisados, percebeu-se a preocupação para que eles estivessem de acordo com as normas indicadas pelas diretrizes da educação, além disso, notou-se também que há uma unanimidade em relação à importância da avaliação para o processo de ensino-aprendizagem. Como observado abaixo:

A avaliação permite que se analise o processo de ensino-aprendizagem, tanto no que se refere ao rendimento do aluno quanto ao desempenho do professor. PPP-1

Tem o objetivo de captar os avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisões sobre o que, quando e como fazer para superar obstáculos. PPP-3

O quadro I refere-se a uma síntese das orientações sobre a avaliação expressa nos Projetos Políticos Pedagógicos analisados. Os dados revelam que as escolas veem (pelo menos na teoria) conscientizando-se da importância de uma avaliação contínua, que ocorre ao longo de todo processo e que privilegia os dados qualitativos. Além disso, as concepções de aprendizagem estão de acordo com as de avaliação expressa nesses documentos, que também estão ligadas a concepções colocadas nos documentos das Secretarias Estadual e Municipal de Educação.

Quadro I: A concepção de aprendizagem e avaliação da aprendizagem expressa nos Projetos Políticos Pedagógicos de Escolas Estaduais e Municipais de Goiânia - GO.

Projeto Político Pedagógico	Concepção de aprendizagem	Concepção de Avaliação da Aprendizagem
PPP-01	Perspectiva construtivista. Relação entre sujeito e objeto.	Avaliação contínua, qualitativa e processual. Deve haver recuperação contínua (a fim de superar as dificuldades detectadas no processo de aprendizagem).
PPP-02	Coloca a aprendizagem humana como social e cultural. Teoria histórico-cultural baseada nas teorias de Vygotsky, Leontiev, Wallon, Luria e outros.	Contínua, observando a participação individual e coletiva dos alunos, através de atividades orais e escritas em diferentes momentos.
PPP-03	A aprendizagem é um processo que é construído na relação do sujeito com o meio. Baseada nas teorias socioconstrutivista de Vygotsky.	Diagnóstica, investigativa, processual, dinâmica, qualitativa, contínua, descritiva e quantitativa. Há uma ficha descritiva e qualitativa e um documento de registro quantitativo

O distanciamento entre o discurso e a realidade: O caso da avaliação da aprendizagem nos projetos políticos pedagógicos e na concepção de professores da rede municipal e estadual de Goiânia-Go.
Kamila Santos de Paula Rabelo

		para os alunos.
PPP-04	A prática pedagógica deve levar em conta a realidade educacional em suas dimensões culturais, sociais, econômicas e, políticas dos sujeitos do processo educativo. Baseada na teoria de Vygotsky.	A avaliação deverá ser contínua e processual. Os instrumentos mais utilizados são: provas, relatórios, entrevistas, portfólios, cadernos de campo, conselho de ciclo e outros.
PPP-05	Baseado em Vygotsky e Kohl. Considera o aluno como um ser crítico- pensante, criador e transformador de sua realidade.	Contínua, processual e contextualizada, investigativa, diagnóstica e formativa.
PPP-06	A construção de conhecimentos se dá a partir da interação com outros. O educando deve atingir a condição de sujeito ativo e reflexivo diante de sua realidade. Baseia-se nas idéias de Vygotsky.	Deverá ocorrer ao longo do processo, levando em consideração os seguintes aspectos: desempenho, participação, interesse, frequência, testes orais e escritos, criatividade, iniciativa, disciplina, aspectos do desenvolvimento cognitivo, afetivo e psico-motor, socialização, capacidade de elaboração, desenvolvimento e produção do conhecimento.

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados de PPP por Kamila Santos de P. Rabelo.

De acordo com os documentos analisados, cinco revelam uma concepção de aprendizagem baseado no socioconstrutivismo e um considera o construtivismo como o método de ensino a ser seguido. Em relação à avaliação da aprendizagem há indicações que demonstram que a forma de pensar a avaliação da aprendizagem é condizente com o que é colocado atualmente por teóricos da área da educação.

Observou-se que nos PPP's as indicações de como devem ser a avaliação da aprendizagem condiz com os atuais debates de pesquisadores da educação. Os documentos têm a preocupação em colocar que a prática avaliativa não deve ser utilizada como punição ou arma de controle, mas como um instrumento auxiliar do professor e do aluno, capaz de detectar os problemas e dificuldades da aprendizagem para a partir daí agir sobre ela.

As indicações alertam ainda para a importância do uso de diferentes instrumentos avaliativos durante o processo, dessa forma, os dados obtidos durante o processo avaliativo demonstrariam melhor a realidade em que o aluno se encontra em relação a sua aprendizagem. Outro fator evidenciado é que diversos aspectos devem ser considerados no ato de avaliar, a exemplo do desempenho, participação, interesse, frequência, oralidade, criatividade, iniciativa, disciplina, aspectos do desenvolvimento cognitivo, afetivo e psico-motor, socialização, capacidade de elaboração, desenvolvimento e produção do conhecimento.

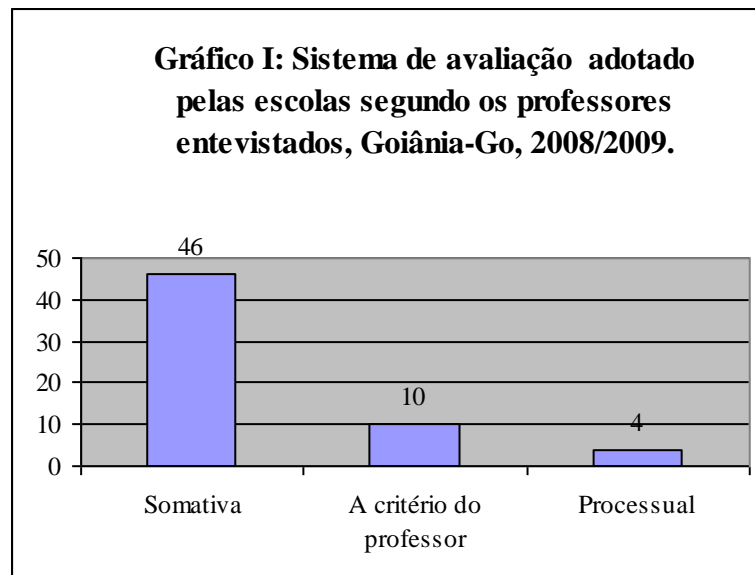
Numa avaliação contínua e formativa, em que vários aspectos são considerados e a obtenção destes se dá com o uso de diversos instrumentos, são maiores as chances de dar certo. Para saber se essas indicações têm adentrado as salas de aula é que procurou-se saber junto aos professores quais as suas concepções de avaliação e se na prática a realiza.

1.3- A Avaliação da Aprendizagem vista por professores de Escolas Estaduais e Municipais de Goiânia-Go

Tendo por objetivo entender como professores da Rede Estadual e Municipal de Goiânia concebem e praticam a avaliação da aprendizagem com seus alunos, foram entrevistados 60 professores de Geografia que atuam na rede pública de Goiânia. Para seleção desses professores procurou-se a espacialização dos mesmos em todo o município de Goiânia, de acordo com suas regiões. Além disso, esses professores deveriam ser licenciados em Geografia e concursados na Rede em questão.

A partir da seleção dos professores, de acordo com a disponibilidade que eles apresentaram em um primeiro contato, houve uma entrevista semi-estruturada em que eles eram interrogados em relação à sua prática avaliativa, suas concepções de avaliação entre outras questões.

De modo geral, muitos professores colocaram que a escola é um dos entraves para que a avaliação seja mais eficiente e represente melhor a realidade da aprendizagem dos alunos. A esse respeito, os professores foram interrogados sobre como são os indicativos para que a prática avaliativa seja realizada nas escolas em que trabalham.



Segundo a maioria dos professores a avaliação realizada ainda é a somativa, no entanto, grande parte dos entrevistados disse que esse tipo de avaliação é contínua, processual e qualitativa. Nas narrativas, a maioria defendeu a prática somativa dizendo que outros tipos de avaliação são muito soltas e dessa forma os alunos não sabem em que aspectos estão sendo avaliados.

“Somativa (progressão), a avaliação é contínua e processual. Concordo mais ou menos. Na minha época cobrava mais, hoje é muito frouxo. Eu estudava muito hoje nem é preciso”. Professor 31 E

“Somatório (simulado, provas e trabalhos). Ela acaba sendo classificatória e excludente. Ela em parte desconsidera questões pessoais de aprendizagem. Acha legal ser somatória, porque vai juntando partes para formar o todo.” Professor 55EM

“No município soma-se a nota da prova, do exercício não vai para a ficha de avaliação. É aproveitamento porcentagem. No

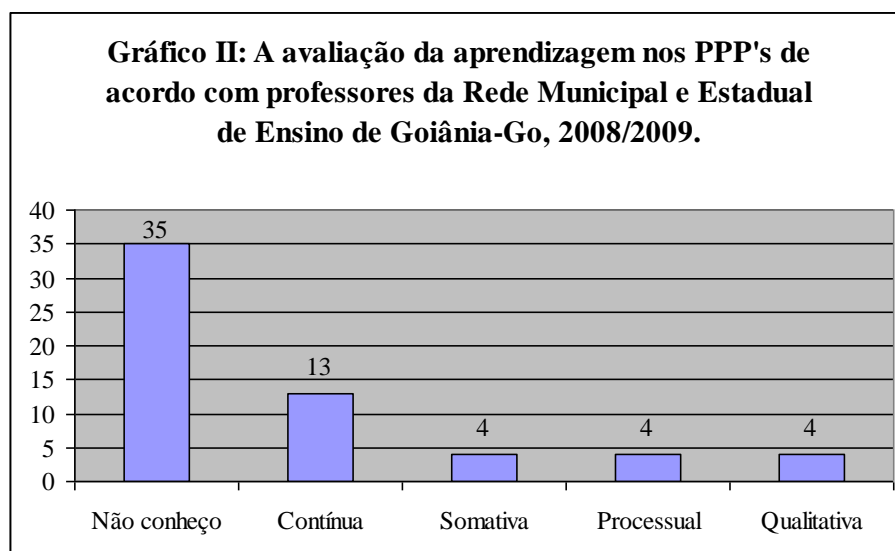
estado é soma das notas. Todas as duas funcionam em certas partes. Acho que são adequados aos que eles propõem. Eu só entro no jogo e faço o que eles determinam” Professor 59EM

Os professores que disseram que a escolha de como fazer a avaliação fica a cargo deles, ficaram divididos em relação à concordância ou não dessa prática. O grupo que concorda disse que isso dá autonomia para que o professor encaminhe a sua prática de acordo com as necessidades de cada aluno e turma. Os que disseram não ser favoráveis afirmaram que essa metodologia é muito solta e que causa desorganização entre os professores e alunos, pois cada um estaria avaliando de uma maneira.

“A atribuição é livre. Eu Concordo. Cada disciplina, cada turma tem uma realidade diferente” Professor 5M

“Não há indicações. A avaliação não é dada por nota. O aluno deve ser reconhecido pelo que sabe. O professor é que escolhe como vai fazer, cada um faz do seu jeito. Acho ruim, pois não há um padrão, o aluno se confunde” Professor 14M

Ainda tendo por objetivo entender como são as indicações da escola sobre como deve ser a avaliação da aprendizagem, os professores foram indagados em relação ao que o Projeto Político Pedagógico das escolas em que trabalham coloca em relação à prática avaliativa a ser desenvolvida pelo corpo docente da escola.



A maioria dos professores desconhece ou não se lembra da maneira como o PPP da escola faz indicações para a prática avaliativa.

“Para falar a verdade para você eu não conheço o PPP da escola” Professor 51M

“Sinceramente não sei. Ele não fica na mesa dos professores, as vezes que olhei foi para ver outras coisas nele”. Professor 25E

Os professores que conhecem o PPP disseram que há indicações para a avaliação ser contínua, somativa, processual ou qualitativa. Na maioria das vezes as indicações são para uma avaliação que usa mais de um instrumento, que não seja pontual e que leve em consideração o cotidiano dos alunos e seu desenvolvimento sócio-afetivo.

“Há. No projeto político pedagógico tem. Contínua que leva em consideração o cotidiano do aluno. Com a forma que ela é expressa sim. No fundo ela não é praticada. O professor anda com discurso muito tradicional”. Professor 1M

“Fala. Que é continuada, respeitando a criatividade do aluno, utilizando os mais variados critérios, produção cultural. No escrito eu concordo. Na prática não ocorre de verdade, é o que eu percebo. A maior parte dos professores trabalham com prova. Não sento com os meus colegas para planejar. Faço com base em conversas informais”. Professor 6M

“Sim. Há sim. Tem que ser contínua e diária. A gente tenta levar bastante em consideração a prova escrita. Se o resultado não é satisfatório nós inserimos várias atividades”. Professor 42M

Dessa maneira, percebo que a maioria do que está nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, são dizeres de autores, que para a maioria dos professores são desconhecidos ou insignificantes. São para eles “teorias” que precisam ser colocadas nos documentos por pressão das secretarias estadual e municipal de educação, mas que para a prática não são de grande valia.

1.4- Algumas conclusões e apontamentos

Assim como foi analisado nos Projetos Políticos Pedagógicos, a avaliação deve ser um momento de reflexão para professores, ela deve refletir da maneira mais próxima possível da realidade, considerando o desenvolvimento dos alunos e o desempenho dos professores enquanto mediadores desse processo.

Mas para que isso ocorra, não basta mudanças somente no PPP se este não está chegando às salas de aula, as indicações por si só não fazem efeitos, mas elas precisam ser efetivadas na prática de cada professor. Caso isso não ocorra é em vão todo esforço em sistematizar isso em um documento que poucas vezes é lido, na verdade ele deveria ter sido elaborado conjuntamente com esses professores, mas alguns relataram que nem se quer o conhecem.

A prática avaliativa formativa, processual, diagnóstica, qualitativa etc, precisa ser experimentada pelos professores e alunos de forma efetiva, somente assim haverá encaminhamento para uma avaliação e uma aprendizagem que faça sentido para todos.

A educação e a avaliação cidadãs devem levar em conta dois lados: não há mudança sem a consciência de permanência; não há processo de estruturação-desestruturação-reestruturação sem domínio teórico das estruturas – a reflexão exige fixidades históricas para se desenvolver; não há percepção da dinâmica sem a consciência crítica da estática; o desejado, o sonho e a utopia só começam a ser construídos a partir da apreensão crítica e domínio do existente, e o processo não pode desconhecer o produto para não condenar seus protagonistas ao ativismo sem fim e sem rumo. (Romão, 2005, p.89).

As mudanças devem ocorrer no campo das idéias, os professores precisam se conscientizar da importância de uma avaliação que seja realmente eficaz para o processo de aprendizagem, para isso eles precisam ter domínio teórico das concepções de prática avaliativa e assim poderem fazer suas escolhas.

O socioconstrutivismo é considerado um caminho pertinente dentro da proposta de avaliação assumida aqui, já que precisamos ver o aluno como alguém que já traz para dentro da escola conhecimentos adquirido na vida em sociedade e é a partir desse

conhecimento que o professor deve iniciar suas atividades. Numa prática em que só se transmite/trabalha conteúdos insignificantes para o aluno, sem se respeitar as suas experiências, a aprendizagem tornar-se-á um processo mecânico de memorização e estaremos diante da aprendizagem repetitiva e de memorização de conceitos. O momento da avaliação precisa estar coerente com essa concepção de aprendizagem, privilegiando os conhecimentos que o aluno trás para a sala de aula.

Em todo esse processo, o ensino de Geografia assim como a prática avaliativa dessa disciplina precisam ser repensados e reformulados para além dos planos oficiais. É preciso que haja uma verdadeira reflexão por parte de professores em relação a sua prática em sala de aula.

1.5- Referências Bibliográficas

LIBÂNEO, J. C. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

PONTUSCHKA, Nídia N. A geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, Ana F. A. (org.) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p.111-142.

RABELO, Edmar Henrique. *Avaliação: novos tempos, novas práticas*. Editora Vozes Petrópolis, RJ, 1998.

ROMÃO, José E. *Avaliação dialógica – desafios e perspectivas*. 6.ed. Cortez, 2005.